

## CRE aprova embaixadores para Suécia e Noruega

Nomes de Carlos Henrique Cardim e Leda Lucia Martins Camargo vão agora ao Plenário. **3**



Azeredo (C) preside reunião que aprovou Leda Camargo como embaixadora na Suécia e Carlos Cardim na Noruega

## Ratificado acordo militar entre Brasil e França

Comissão de Relações Exteriores aprova acordo de cooperação firmado pelo governo em 2008. **3**

# JORNAL DO SENADO

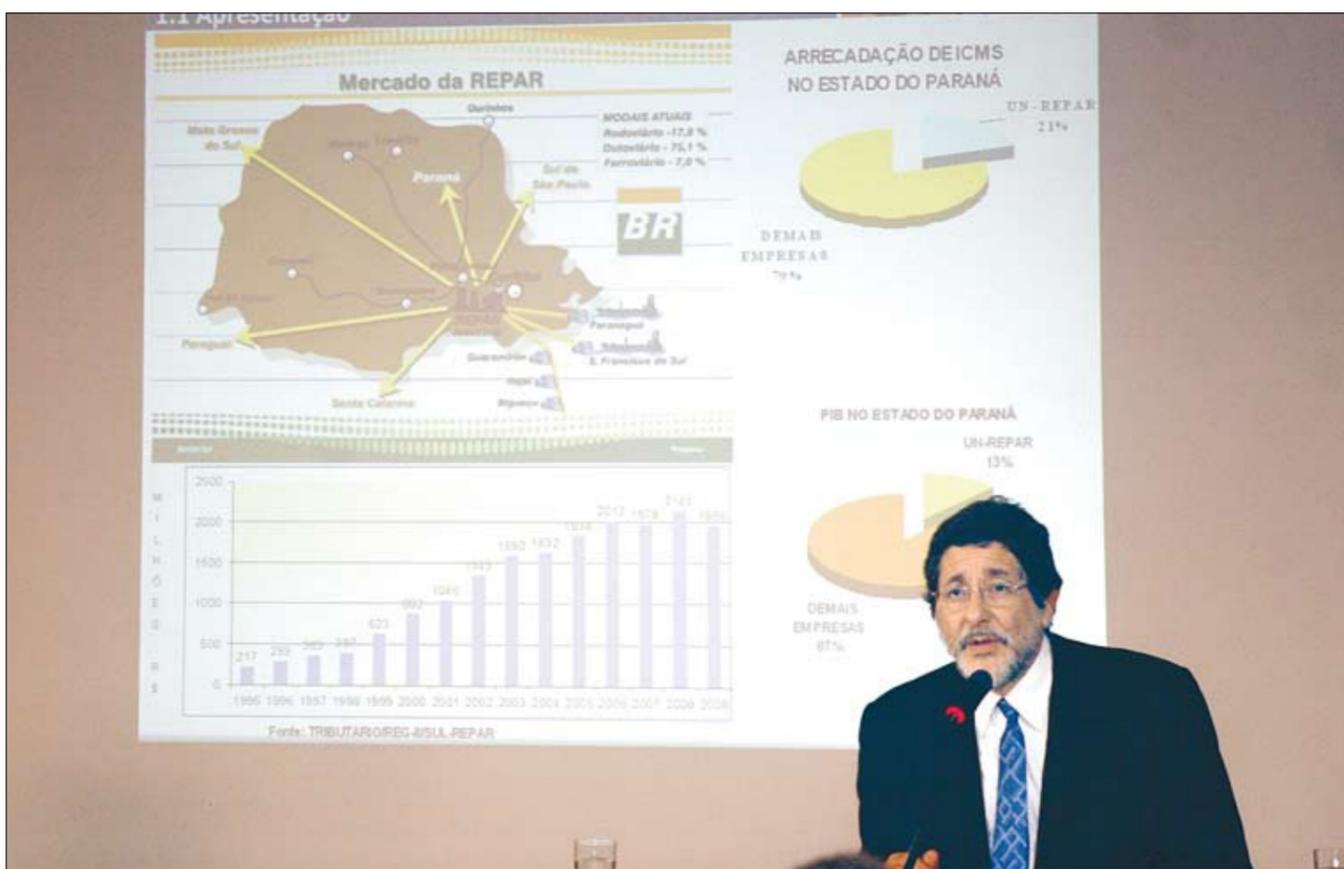
www.senado.gov.br/jornal

Ano XVI – Nº 3.359 – Brasília, sexta-feira, 3 de dezembro de 2010

# TCU vê sobrepreço em obras de refinarias. Petrobras nega

Presidente da empresa questiona, em debate na CMO, cálculos usados para identificar o superfaturamento

Convidados pela Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional, o presidente da Petrobras e representantes do Tribunal de Contas de União divergiram sobre o suposto superfaturamento verificado nas obras das refinarias Abreu e Lima (PE) e Getúlio Vargas (PR). Para o TCU, o sobrepreço nos dois empreendimentos, que recebem verbas do Orçamento da União, chega a R\$ 2,7 bilhões. A Petrobras diz que os cálculos se baseiam em dados equivocados. **2**



O presidente da Petrobras, José Sergio Gabrielli, garantiu que as obras das refinarias Abreu e Lima (PE) e Getúlio Vargas (PR) estão com os preços corretos



## Transporte precisa de R\$ 420 bi até 2035, diz ministro

Paulo Sérgio Passos falou na Comissão de Infraestrutura sobre os desafios para superar os problemas do setor. **4**

## Senado lança programa de capacitação de servidores **2**

Presidente da Comissão de Infraestrutura, Fernando Collor, e o ministro Paulo Sérgio Passos: 2010 deve fechar com investimentos de R\$ 16 bilhões em transportes

Tribunal de Contas apurou um superfaturamento total de R\$ 2,7 bilhões nas duas obras realizadas pela empresa, mas presidente Gabrielli diz que cálculos não são corretos

# TCU e Petrobras divergem sobre custos das refinarias

A PETROBRAS E o Tribunal de Contas da União (TCU) divergiram ontem, na Comissão Mista de Orçamento (CMO), quanto a indícios de superfaturamento em obras de duas refinarias: R\$ 1,3 bilhão na Abreu e Lima, em Ipojuca (PE), e R\$ 1,4 bilhão na Presidente Getúlio Vargas, em Araucária (PR). A CMO deverá votar um relatório determinando a suspensão ou a continuidade de repasse de recursos da União para essas obras no próximo ano.

O presidente da Petrobras, Sergio Gabrielli, disse que a simples aplicação de referenciais de preços, como o Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (Sinapi) e o Sistema de Custos de Obras Rodoviárias (Sicro) – pelos quais o TCU teria aferido o superfaturamento –, não é suficiente para se fazer uma correta avaliação dos preços das obras.

Ele também questionou as conclusões do TCU sobre irregularidades nos custos de

alimentação e transporte e nos salários de mão de obra indireta pagos na obra da refinaria Abreu e Lima.

O TCU também apontou como indícios de irregularidades os atrativos financeiros para mão de obra direta na refinaria pernambucana, mas Gabrielli defendeu a necessidade de mobilização de trabalhadores especializados de outras regiões.

Dirigente da 3ª Secretaria de

Fiscalização de Obras do TCU, Eduardo Nery disse que, no caso da refinaria paranaense, o tribunal usou fontes confiáveis e variadas para aferir o sobrepreço de R\$ 1,4 bilhão.

No caso da obra da Abreu e Lima em Pernambuco, acrescentou Eduardo Nery, o sobrepreço de R\$ 1,3 bilhão identificado pelo tribunal foi apurado com o uso de estimativas de custos fornecidas pela Petrobras.



Gabrielli (E), da Petrobras, Wiechers Martins (TCU) e deputado Leonardo Monteiro.

## Sarney celebra aprovação da partilha dos royalties

O presidente do Senado, José Sarney, comemorou ontem a aprovação na Câmara do projeto sobre o regime de partilha na exploração do petróleo entre todos os estados e municípios.

A distribuição dos royalties será similar à proporcionalidade já praticada pelos fundos de Participação dos Municípios (FPM) e dos Estados (FPE). Para Sarney, o projeto, que segue agora para sanção presidencial, responde a um anseio da maior parte dos estados e municípios.

– Há, sem dúvida alguma, um anseio para que cada um participe das riquezas nacionais. Se bem que a gente não pode de maneira nenhuma prejudicar os que já têm esse direito – declarou.

## Projeto é "imoral, ilegal e indecente", diz Dornelles

O senador Francisco Dornelles (PP-RJ) disse ontem que o Rio de Janeiro não vai trocar um direito por uma esmola da União, referindo-se à aprovação pela Câmara do projeto de distribuição dos royalties do petróleo, que ele classificou de "imoral, indecente, ilegal, inconstitucional e a maior agressão que o Rio de Janeiro já sofreu em toda a história do Império e da República".

– Até porque a União não costuma pagar suas esmoladas – observou o parlamentar, para quem não é possível mudar as regras sobre royalties e a participação de campos de petróleo já licitados, que são regidos pela legislação em vigor no dia em que foi assinado o contrato de concessão.

## Comissão de juristas vai estudar reforma do CDC

Criada pelo presidente do Senado, José Sarney, será instalada na terça-feira a comissão de juristas que vai elaborar um anteprojeto de reforma do Código de Defesa do Consumidor. Composta por cinco membros, a comissão será presidida pelo ministro Herman Benjamin, do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Um dos idealizadores do código, em vigor há 20 anos, Herman Benjamin disse, em entrevista a Agência Senado, que o crédito ao consumidor e o superendividamento estão entre os principais assuntos a serem examinados.

O ministro lembra que, na época da adoção do código, o crédito ao consumidor e

o comércio eletrônico, por exemplo, não eram o foco dos debates.

Além de Herman, a comissão será composta por Ada Pellegrini Grinover, Claudia Lima Marques (relatora-geral), Leonardo Roscoe Bessa e Roberto Augusto Castellanos Pfeiffer. O grupo terá 180 dias para apresentar o anteprojeto.



Para Sarney, lógica do tempo real exige gestão eficiente, liderança e estratégia

## Servidores terão programa permanente de capacitação

O presidente José Sarney assinou ontem ato que cria o Programa de Desenvolvimento Gerencial (PDG), iniciativa permanente de capacitação de servidores, de caráter técnico e comportamental. A iniciativa é uma parceria entre a Secretaria de Recursos Humanos do Senado, o Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) e o Centro de Formação da Câmara dos Deputados (Cefor).

– A lógica do tempo real, em que a interação e a troca de conhecimento são instantâneas, exige uma gestão eficiente, liderança e pensamento estratégico. O clima organizacional deve ser próprio aos objetivos institucionais e às mudanças que estão por vir – afirmou Sarney, referindo-se à nova legislatura e à reforma administrativa que deverá ser implantada em breve.

Entre os objetivos do PDG,

estão o desenvolvimento, nas chefias, de competências de liderança e pensamento estratégico e a implantação de um modelo de gestão pública legislativa voltada para resultados. O programa pretende uniformizar o processo de formação de gestores e, com isso, aperfeiçoar a gestão administrativa.

– Um grupo de servidores e chefes bem treinados significa investimento em produtividade. Investimos pesado na qualificação das chefias. A melhoria do comando, um chefe que sabe bem mandar, consegue resultados mais rápidos e mais eficientes – disse a diretora da Secretaria de Recursos Humanos, Doris Marize Romariz Peixoto.

Fazem parte do programa treinamentos para comunicação eficaz; administração de conflitos; gerenciamento de equipes e de reuniões eficientes; e gestão de projetos.

O assessor técnico do Senado Álvaro Ayres de Oliveira Junior lança hoje, às 18h, na Biblioteca do Senado, o livro *Medida provisória e crédito extraordinário – excesso de democracia ou crime de responsabilidade?*, editado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações (Seep). Servidor público de carreira, Álvaro é advogado e contador, com especialidade em contabilidade pública voltada às leis orçamentárias, Direito Constitucional, processo legislativo, Direito Tributário e Direito Financeiro.

## Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

### Plenário Sessão destinada a discursos

9h O Plenário realiza hoje sessão não deliberativa. Como não serão votados projetos, destina-se a debates de senadores e comunicados da Mesa diretora e das lideranças partidárias.

**SESSÃO ONLINE:** a íntegra dos pronunciamentos publicados no **Jornal do Senado** pode ser lida no endereço [www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp](http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp)

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney  
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo  
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko  
1º Secretário: Heráclito Fortes  
2º Secretário: João Vicente Claudino  
3º Secretário: Mão Santa  
4º Secretário: Patrícia Saboya  
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra  
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Serys Slhessarenko • Mozarildo Cavalcanti • Antônio Carlos Valadares • Mão Santa • Alfredo Cotait

### SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita  
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

### AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327  
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sílvia Gomide  
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira  
Site: [www.senado.gov.br/agencia](http://www.senado.gov.br/agencia)

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

### Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333  
Editor-chefe: Flávio Faria  
Editores: Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes  
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves  
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle  
Reportagem: Cintia Sasse e Rafael Faria  
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino  
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez  
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333  
Site: [www.senado.gov.br/jornal](http://www.senado.gov.br/jornal) - E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137  
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

## Ideli: já há mais jovens da classe D no curso superior que da A

O número de jovens da classe D matriculados em faculdades e universidades já soma mais que o dobro do número de jovens da classe A, comemorou Ideli Salvatti (PT-SC). Em 2009, jovens de famílias com renda entre um e três salários mínimos cursando o ensino superior totalizavam 900 mil, enquanto os jovens provenientes da classe A pouco superavam os 400 mil. Em 2002, os primeiros não passavam de 180 mil.



Ideli Salvatti

mento – afirmou. Ideli atribuiu o crescimento do nível de escolaridade de jovens da classe D às medidas do governo Lula para fomentar o ensino superior. Citou a criação de 14 novas universidades e iniciativas como o Programa Universidade para Todos (ProUni) e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni).

A senadora também saudou o Dia Nacional do Samba e comemorou o centenário este ano de dois sambistas “fantásticos”: Adoniran Barbosa e Noel Rosa, dos quais cantou, respectivamente, *Samba do Arnesto* e *Feito de oração*.

– A gente pode comprar casa, móveis, eletrodomésticos, computadores, carro, moto. Mas existe só uma coisa que, quando a gente adquire, ninguém mais tira, que é educação e conheci-

## Serys prevê que Dilma vai erradicar a fome até 2014

O Brasil tem todas as condições de erradicar a fome até 2014, afirmou ontem a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT). Ela disse que a presidente eleita, Dilma Rousseff, vai dar continuidade ao trabalho do presidente Lula contra a fome, conseguindo acabar com a insegurança alimentar.



Serys Slhessarenko

Para ela, um dos responsáveis pela diminuição da fome no Brasil foi o programa Bolsa Família, que atualmente atende mais de 12 milhões de famílias. O desafio da próxima presidente é dar continuidade a esse processo e acabar

com a fome totalmente. – Teremos como meta o ano de 2014, para que não exista nenhum brasileiro excluído, que todos deverão alimentar-se segundo os padrões estabelecidos pela Carta Mundial sobre Direitos Humanos com, no mínimo, três refeições diárias – disse a senadora.

Serys acha que Lula conseguiu colocar o tema da erradicação da fome em âmbito mundial durante seu governo. A senadora também disse que o governo do PT fortaleceu a agricultura familiar, mas sem esquecer a importância do agronegócio.

## Suplicy: renda básica é compatível com o Alcorão



Eduardo Suplicy

A renda básica de cidadania é consistente com os fundamentos de solidariedade e distribuição de renda previstos no Alcorão, reafirmou ontem o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), ao comentar sua palestra feita em Cartum, no Sudão, durante o 2ª Conferência de Ministros de Desenvolvimento Social da União Africana.

– Percebi um enorme interesse de todos em conhecer como o Brasil desenvolveu programas para famílias com renda *per capita* de até 140 reais por mês, relacionados a oportunidades de educação e saúde, como o Bolsa Família. Expliquei como esses programas retiraram mais de 21 milhões de brasileiros da pobreza absoluta e permitiram que o Coeficiente Gini de Desigualdade Social caísse de 0,59, em 2002, para aproximadamente 0,53, em 2009 – comentou o parlamentar.

## Cotait propõe reajuste na tabela do IR Pessoa Física



Alfredo Cotait

O senador Alfredo Cotait (DEM-SP) apresentou projeto de lei (PLS 302/10) para reajustar a tabela do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) para o ano-calendário 2011 e seguintes.

A correção estipulada em lei termina este ano, disse o senador, para quem a intenção do governo, ao não reajustar a tabela, segue uma estratégia praticada desde o início do Plano Real, há 15 anos, com o objetivo de promover “um aumento disfarçado” da arrecadação.

Alfredo Cotait propôs que a tabela do próximo ano seja corrigida em 10% – embora afirme que há uma defasagem de 64,1%, acumulada desde 1995, frente à correção aplicada à tabela e a inflação no período. Para 2012, propôs que o índice seja a variação do IPCA, somada à variação do PIB *per capita* do ano anterior.



O presidente da comissão, senador Eduardo Azeredo (C), tendo ao lado Carlos Henrique Cardim, acompanha a exposição de Leda Lucia Camargo

# Biocombustíveis na agenda com a Noruega e a Suécia

Aprovadas pela CRE para as embaixadas em Oslo e em Estocolmo, as indicações de Carlos Henrique Cardim e Leda Lucia Martins Camargo dependem ainda de votação do Plenário

BIOCOMBUSTÍVEIS E PETRÓLEO estarão entre as prioridades dos novos embaixadores brasileiros na Suécia e na Noruega, Leda Lucia Martins Camargo e Carlos Henrique Cardim, cujas indicações foram aprovadas ontem pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). As duas mensagens presidenciais serão agora examinadas em Plenário.

A embaixadora Leda Lucia – cuja indicação teve como relator o senador Pedro Simon (PMDB-RS) – ressaltou a importância do Memorando de Entendimentos Brasil-Suécia na Área de Bioenergia, que entrou em vigor em 2009 e prevê estímulo à produção de etanol, especialmente na África.

Ela informou que um grande importador sueco já está trabalhando no projeto de produção de álcool em Moçambique e na Tanzânia. Observou que a empresa sueca Scania passará a produzir em São Paulo ônibus semelhantes aos 650 veículos movidos a etanol brasileiro que já circulam em Estocolmo.

Durante o debate, o senador Alfredo Cotait (DEM-SP) pediu à embaixadora que estimule a presença de autoridades suecas durante evento no próximo ano, em São Paulo, que reunirá prefeitos das maiores cidades do mundo para discutir o meio ambiente. Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) elogiou a preocupação da embaixadora com as reivindicações dos esta-

dos brasileiros nas relações com os demais países.

### Pré-Sal

Indicado para a Noruega, Carlos Henrique Cardim – que teve como relator o senador Marco Maciel (DEM-PE) – defendeu maior intercâmbio de informações com o país nórdico a respeito do fundo criado pelo governo norueguês para administrar as receitas provenientes das exportações de petróleo. Ele lembrou que o fundo estabelecido pela Noruega foi tomado

como referência pelo governo brasileiro para a criação de um sistema semelhante destinado a gerir as receitas a serem obtidas com as vendas de petróleo extraído da camada pré-sal da plataforma brasileira.

Cardim lembrou que Brasil e Noruega têm experimentado uma grande aproximação ao longo dos últimos anos. Informou que o governo norueguês pretende lançar, até abril de 2011, a Estratégia Brasil, uma iniciativa destinada a aprofundar o relacionamento bilateral.



Fonte: CIA World Factbook

## CRE aprova acordo militar com a França

O acordo firmado por Brasil e França relativo à Cooperação no Domínio da Defesa e ao Estatuto de suas Forças, assinado em janeiro de 2008, em Paris, foi ratificado ontem pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). Segundo informações remetidas ao Senado pelo ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, trata-se do “primeiro tratado dessa natureza” firmado pelo Brasil.

A aprovação pela CRE ocorre pouco antes de o governo brasileiro decidir a compra dos aviões de caça que reequiparão a Força Aérea Brasileira. Os franceses Rafale são conside-

rados favoritos na disputa com os suecos Gripen e os norte-americanos F-18. A respeito da preocupação expressa por Heráclito Fortes (DEM-PI) de que o tratado esteja ligado à suposta intenção de compra de aviões franceses, o ministro ressaltou que o procedimento de compra de material bélico não é matéria regida por acordo, mas por contratos comerciais.

### Mercosul

A comissão aprovou ainda quatro outros acordos: um deles regula o comércio agropecuário entre os quatro países do Mercosul (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai), além da

Bolívia e do Chile. Também foi aprovado o Memorando de Entendimento entre o Brasil e a Colômbia, que prevê parceria no combate à fabricação e ao tráfico ilícito de armas de fogo. O terceiro é relativo a coprodução cinematográfica entre o Brasil e a Itália. O último foi firmado com a Rússia para proteção mútua de informações classificadas.

A comissão aprovou ainda emenda da Câmara a projeto (PLS 55/05) que estabelece a criação do Dia de Celebração da Amizade Brasil-Argentina. O relator foi Pedro Simon (PMDB-RS) e o projeto vai agora à sanção presidencial.

Previsão de investimentos até 2035 foi feita pelo ministro Paulo Sérgio Passos, durante audiência pública na CI que discutiu as ferrovias e rodovias

# Brasil precisa investir R\$ 420 bi em transportes

O BRASIL TEM pela frente o grande desafio de investir cerca de R\$ 420 bilhões em infraestrutura de transportes até 2035, para que o país possa superar todos os problemas e demandas de crescimento no setor. A previsão é do ministro dos Transportes, Paulo Sérgio Passos, que participou de audiência pública na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI).

O debate foi realizado a pedido do presidente da comissão, senador Fernando Collor (PTB-AL), para discutir preparativos e previsões para melhoria das malhas rodoviária e ferroviária de transporte, em função dos grandes eventos que serão realizados no Brasil: Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente (Rio + 20), em 2012; Copa do Mundo, em 2014; e Jogos Olímpicos, em 2016.

O ministro apresentou informações sobre os diversos investimentos que vêm sendo feitos no Brasil nas áreas rodoviária, ferroviária e hidroviária, ao longo dos últimos oito anos.

Paulo Sérgio Passos disse que não foi fácil iniciar o trabalho de recuperação do setor, que, segundo ele, sofria há duas décadas sem um plano específico para investimentos. O governo deve fechar 2010 com R\$ 16 bilhões gastos na área, afirmou ele, lembrando ainda que, na década de 1990, o Brasil investia cerca de R\$ 1,5 bilhão ao ano em rodovias.

– Isso está sendo possível com muito esforço, muito trabalho e superação de muitos problemas. Hoje, o que podemos dizer é que

a manutenção e a conservação das rodovias alcançaram uma melhoria qualitativa notável – afirmou o ministro, ao observar ainda que mais de 80% das rodovias brasileiras, atualmente, podem ser consideradas em estado regular, bom ou ótimo.

Segundo Passos, o Ministério dos Transportes estará desenvolvendo, nos próximos cinco anos, projetos de obras em 32 mil dos 60 mil quilômetros de estradas brasileiras. São melhorias nas áreas de duplicação, pavimentação e acesso a vários portos e ferrovias.

Para o ministro, não é mais possível que o Brasil dependa quase que totalmente da malha rodoviária para o transporte de cargas, com uma situação geográfica tão favorável ao desenvolvimento do setor ferroviário. Por isso, o Ministério dos Transportes está desenvolvendo também projetos para a recuperação e a construção de grandes ferrovias nacionais, entre as quais a Transnordestina e a Norte-Sul, além das linhas para integração do Centro-Oeste aos principais portos brasileiros.

– Precisamos caminhar e avançar sob o ponto de vista econômico, energético e dentro das condições ambientalmente sustentáveis e mais adequadas – enfatizou.

O ministro também esclareceu que, para o setor hidroviário, está sendo elaborado um plano estratégico, com investimentos para a construção de corredores hidroviários e terminais, visando, principalmente, o transporte de cargas.

Mais de 80% das rodovias estão em estado pelo menos regular, garante o ministro dos Transportes



Observado pelo presidente da CI, Fernando Collor, ministro Paulo Sérgio Passos apresenta balanço dos últimos oito anos

## Qual órgão é responsável pelas eclusas?

A Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) vai preparar um projeto para delimitar com clareza a responsabilidade na construção de eclusas no Brasil. A determinação é do presidente do colegiado, senador Fernando Collor (PTB-AL), após ouvir a preocupação de senadores sobre a navegabilidade dos rios nos trechos em que estão sendo construídas usinas.

Eclusa (ou comporta) é uma obra de engenharia hidráulica que permite aos barcos subir e descer os rios em locais onde há desníveis provocados por barragens, quedas d'água ou corredeiras.

Na audiência pública realizada ontem pela comissão, Collor também pediu a elaboração de uma proposta que reduza os prazos dados aos órgãos de meio ambiente

para realizarem estudos e oferecerem pareceres relativos à liberação de obras.

– Isso para que as obras não fiquem indefinidamente sem conclusão – explicou o senador, após ouvir várias reclamações de parlamentares sobre obras paradas em todo o Brasil.

### Hidrovias

O senador e ex-ministro dos Transportes Alfredo Nascimento (PR-AM) explicou que a malha brasileira de transportes, até alguns anos atrás, era totalmente concentrada nos setores rodoviário e ferroviário e deixava de lado as hidrovias.

Alfredo Nascimento afirmou que a condição privilegiada de navegação dos rios e mares brasileiros não deixa dúvidas de que “é preciso concentrar

esforços no desenvolvimento do transporte hidroviário”.

Na sua opinião, lei específica deveria obrigar a instalação de eclusas em todos os rios navegáveis em que estão sendo construídas usinas.

A atuação de Paulo Sérgio Passos na pasta dos Transportes foi bastante elogiada pelos senadores da comissão. João Ribeiro (PR-TO) observou que, antes do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o ministério era uma vidraça e hoje é uma vitrine.

Ao fazer questionamentos específicos sobre seus respectivos estados, os senadores Valdir Raupp (PMDB-RO), Leomar Quintanilha (PMDB-TO), Delcídio Amaral (PT-MS), Eduardo Azeredo (PSDB-MG) e Jayme Campos (DEM-MT) também elogiaram a atuação de Paulo Sérgio Passos.



Valadares lembra que propostas dependem de votação na Câmara

## Valadares cobra exame de projetos contra crime

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) elogiou o trabalho das forças de segurança no Rio de Janeiro e defendeu a aprovação de dois projetos de lei que, segundo ele, poderão aprimorar o combate ao crime organizado e à lavagem de dinheiro. As duas propostas tramitam na Câmara dos Deputados.

O PLS 150/06, de Serys Slhessarenko (PT-MT), tipifica o crime organizado e prevê de três a dez anos de prisão a quem participar, financiar ou organizar ações criminosas. Já o PLS 209/03, do próprio Valadares, está pronto para votação e prevê fiança proporcional à quantia movimentada de forma criminosa, além do sequestro de bens, valores e dinheiro durante o inquérito.

## Gilvam Borges pede plano de segurança nacional

O sucesso da operação contra o crime organizado realizada em conjunto pelas polícias Militar e Civil do Rio de Janeiro, em parceria com as Forças Armadas e a Polícia Federal, deve servir como modelo para que a presidente eleita, Dilma Rousseff, apresente ao país um plano nacional de segurança pública. A sugestão foi feita pelo senador Gilvam Borges (PMDB-AP), para quem os investimentos devem ser ampliados e direcionados para os setores de inteligência, infraestrutura, fiscalização das fronteiras, organização interna e aparelhamento das forças.

– Agora é a hora. Tenho certeza que essa ação que está sendo desencadeada no Rio não é apenas faz-de-conta – declarou.



Gilvam Borges: eventos no Rio de Janeiro tornam momento propício



Mão Santa disse que violência é a “herança maldita” de Lula para Dilma

## Para Mão Santa, nunca se mentiu tanto no país

Ao analisar a operação policial e militar lançada contra traficantes no Rio de Janeiro, o senador Mão Santa (PSC-PI) disse ontem que “nunca antes se mentiu tanto nesse país, apesar de a sabedoria popular dizer que a mentira tem pernas curtas”. Ele observou que a violência chegou a um nível inédito no Brasil e essa é a “herança maldita” que o presidente Lula deixará para Dilma Rousseff.

Mão Santa disse que seria ridículo se a união de todas as forças militares e policiais não conseguisse tomar um morro.

– Estamos aí comemorando porque tomaram um morro. Me envergonho quando enganamos o povo que representamos – afirmou.

## Raupp reclama mais recursos para municípios

Valdir Raupp (PMDB-RO) avalia que o governo federal não tem dado a devida atenção aos municípios brasileiros. O repasse de recursos está aquém do necessário e algumas prefeituras não sabem como pagarão o 13º salário do funcionalismo, disse.

A União Brasileira de Municípios (Ubam), informou Raupp, enviou documento ao presidente Lula pedindo a liberação imediata de R\$ 2 bilhões da chamada Ajuda Financeira aos Municípios (AFM), criada para compensar a redução dos repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) durante a crise financeira internacional de 2008. De acordo com a Ubam, o total de repasses do FPM, entre janeiro e setembro de 2010, teve redução de 11%.



Senador diz que União Brasileira de Municípios pede liberação de R\$ 2 bi



Mozarildo leu reportagem que acusa Anchieta Júnior de desviar recursos

## Mozarildo cita denúncia contra governador de RR

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) comentou ontem reportagem publicada pelo jornal *Folha de Boa Vista*, denunciando o governador de Roraima, José de Anchieta Júnior, por superfaturar obras de construção de uma linha de transmissão de energia elétrica de Boa Vista até Rorainópolis.

De acordo com Mozarildo, do valor total de R\$ 64 milhões da obra, pelo menos R\$ 14 milhões podem ter sido utilizados pelo governador para cobrir gastos da campanha eleitoral. Essa parcela do recurso total da obra teria sido paga à empresa SME Engenharia, vencedora da licitação, sem nenhuma cobertura física, ou seja, sem serviço executado.